do “Comunique-se” ou automaticamente após o 10º dia contado de forma corrida a partir do envio da mensagem eletrônica ao endereço cadastrado no sistema da CETESB;

IV. a Notificação/Guia Recolhimento de Multa (“NGRM”).

Artigo 29. Na hipótese de decisão de declaração de nulidade do auto de infração, o processo será encaminhado à unidade responsável pela ação de fiscalização, preferencialmente ao agente autuante, para ciência.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA E DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DE MULTA AMBIENTAL

Artigo 30. Caberá recurso administrativo contra a decisão de primeira instância no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 127 do Decreto Federal 6.514/2008, contado da data de ciência da decisão de primeira instância.

Parágrafo Único. O prazo de 20 (vinte) dias será estendido às autuações lavradas com fundamento legal e enquadramento na Lei Estadual 997/1976 e em seu regulamento, aprovado pelo Decreto Estadual 8.468/1976.

Artigo 31. O recurso será dirigido à autoridade julgadora de primeira instância, que poderá reconsiderá-la no prazo de cinco dias, contado da data de recebimento dos autos, ou encaminhá-los à análise do PJMA, para posterior encaminhamento à autoridade superior.

Parágrafo Único. O PJMA poderá remeter os autos solicitando análise técnica do PJMR e/ou de alguma área de apoio técnico, se verificar a necessidade de manifestação ou instrução documental complementar, com especificação do ponto a ser esclarecido ou mais bem instruído.

Artigo 32. A autoridade julgadora competente proferirá decisão de julgamento do recurso, em segunda instância, mediante acolhimento total ou parcial, rejeição ou complementação da proposta elaborada pela PJMA, que será parte integrante do ato decisório.

§ 1º O acolhimento parcial, a rejeição ou a complementação da proposta de decisão devem ser detalhadamente fundamentados pela autoridade julgadora.

§ 2º Não cabe novo recurso contra a decisão de segunda instância.

Artigo 33. Julgado o recurso, a autoridade julgadora notificará o autuado por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência.

Parágrafo Único. Da notificação enviada sobre a decisão pela manutenção do auto de infração constará:

I. sobre a possibilidade de concessão de desconto de 30% do valor para pagamento em cota única; de desconto de 15% do valor para parcelamento em até 30 (trinta) vezes; ou, de parcelamento em até 60 (sessenta) vezes do valor integral;

II. que, caso não haja pagamento, com o trânsito em julgado administrativo:

a. será calculado o acréscimo de 1% ao mês ao valor da multa aplicada, a partir do vencimento da guia de recolhimento até o mês anterior ao do pagamento, a título de juros de mora; e, b. o valor da multa será definitivamente constituído, incluído no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados dos Órgãos Estaduais (“Cadin/SP”) e inscrito na Dívida Ativa do Estado de São Paulo.

III. que, para fins de contagem de prazo, a data da ciência da decisão será constatada a partir da abertura da tarefa constante do “Comunique-se” ou automaticamente após o 5º dia contado de forma corrida a partir do envio da mensagem eletrônica ao endereço cadastrado no sistema da CETESB;

IV. a Notificação/Guia Recolhimento de Multa (“NGRM”).

CAPÍTULO VII

DO PARCELAMENTO DO DÉBITO

Artigo 34. Os débitos decorrentes das multas aplicadas poderão ser parcelados, a pedido do autuado, da seguinte forma:

I. em até 30 vezes com pagamento com desconto de 15% do valor até a data do vencimento da guia de recolhimento;

II. em até 60 vezes com pagamento do valor integral previamente à inscrição na Dívida Ativa.

§ 1º O deferimento do parcelamento, por meio de celebração de Termo de Aceite, constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do valor da multa consolidada na qualidade de título executivo extrajudicial.

§ 2º Os acordos de parcelamentos serão celebrados em quantidades de Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (“Ufesp”).

§ 3º O valor mínimo de cada prestação mensal não poderá ser inferior ao estabelecido em ato normativo interno da CETESB.

§ 4º A primeira parcela terá seu vencimento na data da emissão do Termo de Aceite, devendo as demais parcelas vencer mensalmente.

§ 5º O solicitante poderá escolher o dia do mês para vencimento das parcelas: 5, 10, 15, 20, 25 e 30, restringindo-se a data da segunda parcela a 45 dias do pagamento da primeira.

Artigo 35. Os pedidos de parcelamentos de débito fora do estabelecido neste Capítulo deverão ser submetidos à aprovação da Diretoria Plena.

Artigo 36. A falta de pagamento de duas parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará imediata rescisão do parcelamento e na cobrança do débito consolidado.

Artigo 37. Será admitido um único reparcelamento dos débitos de parcelamento anterior rescindido.

§ 1º A celebração do novo termo de parcelamento fica condicionada ao recolhimento da primeira parcela em valor correspondente a 20% do débito consolidado.

§ 2º Aplicam-se subsidiariamente aos pedidos de reparcelamento as disposições relativas ao parcelamento previstas nos dispositivos anteriores.

Artigo 38. A consolidação do saldo de débitos parcelados não pagos integralmente, para fins de inscrição em dívida ativa, resulta da diferença entre o valor da multa originalmente consolidado e as parcelas amortizadas, com as devidas atualizações.

Artigo 39. O parcelamento suspende a exigibilidade da multa e sua consequente inclusão no Cadin/SP e inscrição na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, enquanto devidamente cumprido.

CAPÍTULO VIII

DAS CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE

Artigo 40. Extingue a punibilidade:

I. a prescrição executiva;

II. a morte do autuado antes do trânsito em julgado administrativo, comprovada por certidão de óbito; e,

III. a anistia.

§ 1º O auto de infração com punibilidade extinta não gera reincidência.

§ 2º Na hipótese do inciso I, a autoridade julgadora competente determinará a apuração de responsabilidade funcional.

§ 3º Quando for constatada a extinção da punibilidade do autuado, será dada a baixa financeira do débito e encerrado o processo administrativo, com o devido encaminhamento ao arquivo.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 41. Após a inscrição do débito na Dívida Ativa, os autos serão arquivados, mantido o seu registro no sistema para efeito de eventual caracterização de agravamento por reincidência.

Artigo 42. A partir da inscrição da multa na Dívida Ativa, a CETESB fica impossibilitada de proceder à qualquer forma de quitação direta, devendo o autuado tratar diretamente com a Procuradoria Geral do Estado (“PGE”) as questões relacionadas ao pagamento da multa ou à execução fiscal do AIIPM ou do AIIIPMD.

Artigo 43. Esta Decisão de Diretoria não se aplica aos processos decorrentes das autuações em Fontes Móveis. Artigo 44. Ficam revogadas as disposições que regulem o assunto de forma diversa.

Artigo 45. Esta Decisão de Diretoria entra em vigor nesta data.

Artigo 46. Divulgue-se a todos pelo sistema eletrônico.

Procuradoria Geral do Estado

CENTRO DE ESTUDOS

Comunicado

O Procurador Chefe do Centro de Estudos - Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado Comunica que estão abertas as inscrições para participação na Reunião Aberta do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Propriedade Intelectual e Inovação, promovida pelo Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, com a seguinte programação:

PROGRAMAÇÃO:

Debate: Blockchain e tecnologias de registro distribuído
Expositora: Liliâne TieArazawa (Consultora de Projetos e Engajamento de Stakeholders. Iniciadora e Community Builder da rede Women In BlockchainBrasil. Possui carreira na área de Tecnologia como DBA, Gerente de Projetos de Integração de Sistemas e Consultora PMO)

A Reunião será realizada no dia 10-06-2020, das 14h30 às 17h30, e são disponibilizadas aos Procuradores do Estado e Servidores 100 vagas via plataforma Microsoft-Teams.

Obs.: A palestra será transmitida exclusivamente pela plataforma Microsoft-Teams.

Os pedidos de inscrição deverão ser encaminhados ao Serviço de Aperfeiçoamento do CE, até o dia 08 de junho, às 15h30, por meio do sistema informatizado, acessível na área restrita do site da ESPGE/SP.

LINK DO SITE: (http://www.pge.sp.gov.br/ESPEGE_2016/homeESPEGE.aspx), Consulta Cursos.

O convite para participar da Palestra pelo Microsoft-Teams será enviado por e-mail após término das inscrições. Eventuais perguntas dos participantes deverão ser encaminhadas pelo “chat” da transmissão.

Nos termos do parágrafo 4º, do artigo 3º da Resolução PGE 8, de 12-05-2015, não haverá pagamento de diárias e nem reembolso de transporte.

Comunicado

O Procurador Chefe do Centro de Estudos - ESPGE comunica que ficam convocados os membros do Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Propriedade Intelectual e Inovação para a Reunião Aberta que ocorrerá no dia 10-06-2020, das 14h30 às 17h30 com a seguinte programação:

PROGRAMAÇÃO:

Debate: Blockchain e tecnologias de registro distribuído
Expositora: Liliâne Tie Arazawa (Consultora de Projetos e Engajamento de Stakeholders. Iniciadora e Community Builder da rede Women In Blockchain Brasil. Possui carreira na área de Tecnologia como DBA, Gerente de Projetos de Integração de Sistemas e Consultora PMO)

Obs: A reunião será realizada exclusivamente pela plataforma Microsoft-Teams.

O convite para participar da reunião pelo Microsoft-Teams será enviado por e-mail.

CONVOCADOS

1. Adriana Ruiz Vicentin
2. Amanda Bezerra de Almeida
3. Anna Carolina Seni Peito Macedo
4. Caio César Alves Ferreira Ramos
5. Caio Cesar Guzzardi da Silva
6. Caio Gentil Ribeiro
7. Décio Grisi Filho
8. Diana Loureiro Paiva de Castro
9. Diego Brito Cardoso
10. Fábio Augusto Daher Montes
11. Flavio Costa Bezerra Filho
12. Guilherme Cavalcanti
13. Julio Rogério Almeida de Souza
14. Julia Maria Plenamento Silva
15. Leonardo Cocchieri Leite Chaves
16. Lucas Costa da Fonseca Gomes
17. Lucas de Faria Rodrigues
18. Marcello Garcia
19. Matheus Alves Nascimento
20. Patricia Ulson Pizarro Werner
21. Renan Teles Campos de Carvalho
22. Talles Soares Monteiro
23. Telma de Freitas Fontes
24. Vitor Gomes Moreira
25. Wesley de Castro Dourado Cordeiro

PROCURADORIAS REGIONAIS

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

Portaria da Procuradora do Estado respondendo pelo expediente da Procuradoria Regional da Grande São Paulo, de 15-05-2020

Cancelando:

a partir de 09-05-2020 a credencial de estagiário desta Procuradoria Regional da Grande São Paulo, outorgada às estudantes de Direito: Stefany Candido Melo - RG 32.871.971-7, com fundamento no artigo 12, inciso VII, do Decreto 56.013, de 15-07-2010, no exercício das atribuições delegadas pela Portaria CGPGE 1, de 14-08-2018 (Portaria G.PR-1 017/2020).

Cancelando:

a partir de 27-02-2020 a credencial de estagiário desta Procuradoria Regional da Grande São Paulo, outorgada às estudantes de Direito: Fernanda Alves Nunes da Silva - RG 36.283.780-1, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010, no exercício das atribuições delegadas pela Portaria CGPGE 1, de 14-08-2018 (Portaria G.PR-1 018/2020).

Turismo

GABINETE DO SECRETÁRIO

Primeiro Termo Aditivo

Processo ST: 1678592/2018
Edital de Convite, do tipo Menor Preço, ST 01/2019
Contrato ST 034/2019
Contratante: Secretaria de Turismo
Contratada: Prada Construtora Gerenciamento e Projetos Ltda.

Data da Assinatura: 30-04-2020

Objeto: A Alteração da Cláusula Primeira – Objeto – e da Cláusula Terceira – Vigência, objetivando a execução e o término das obras para a implantação de rampa náutica no Balneário Marisol, no Município de Ilha Comprida - SP, Contrato 034/2019, firmado entre as partes.

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente Termo Aditivo tem como objeto a alteração da Cláusula Primeira – Objeto – e da Cláusula Terceira – Vigência, objetivando a execução e o término das obras para a implantação de rampa náutica no balneário Marisol, no Município de Ilha Comprida - SP, contrato 034/2019, firmado entre as partes.

Cláusula Segunda – Das Alterações

Fica alterada a Cláusula Primeira do Contrato 034/2019, que passa ter a seguinte redação:

“Constitui objeto do presente contrato a Execução das Obras para a Implantação de Rampa Náutica no Balneário Marisol, em Ilha Comprida - SP, oriunda da Emenda Federal 2530006-13, Contrato de Repasse 784313/2013, operação 1005.057-16/2013, conforme as especificações técnicas constantes do Projeto Básico, da proposta da Contratada, das adequações e alterações propostas no parecer de fls. 1755 e Planilha Orçamentária de fls. 1754, e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe, observadas as normas técnicas da ABNT.”

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato 034/2019, que passa ter a seguinte redação:

“O contrato terá a sua vigência prorrogada até 180 dias, contados a partir da data da celebração do presente 1º Termo Aditivo.

Parágrafo Primeiro
O prazo de vigência supracitado poderá ser prorrogado, por igual prazo, mediante a celebração de Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 57, § 1º, da Lei Federal 8.666/1993.

Parágrafo Segundo

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/93, por intermédio de Termo Aditivo”

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento e que não se revelem com o mesmo conflitantes.

E por estarem assim, justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, que também o assinam para todos os fins e efeitos de direito.

Avenida Escola Politécnica, 82, Jaguaré – 05350-000 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3204-2800

Primeiro Termo Aditivo

Processo ST: 802013/2019
Edital de Pregão (Eletrônico) ST 03/2019
Contrato ST 008/2019
Contratante: Secretaria de Turismo
Contratada: J & M Comércio e Serviços de Telecomunicações e Informática Ltda. EPP

Objeto: A suspensão na prestação de serviços de tv por assinatura via satélite para a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, por tempo indeterminado, à partir do dia 1 de abril de 2020, por força do Decreto 64.898, de 31-03-2020, o qual determinou a suspensão temporária de atividades não essenciais nas secretarias de estado e autarquias, considerando o estado de calamidade pública da pandemia do Covid-19 (Novo Coronavírus).

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente Termo Aditivo tem como objeto a alteração da Cláusula Segunda – Das condições de execução dos Serviços, da Cláusula Terceira – Da Vigência e das Prorrogações – e da Cláusula Décima – Dos Pagamentos - almejando a suspensão na prestação de serviços de TV por assinatura via satélite para seis pontos de acesso na Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, que constitui Anexo I do Edital, da proposta da Contratada e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe, contrato 008/2019, firmado entre as partes.

Cláusula Segunda – Das Alterações

Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato 008/2019, que passa ter a seguinte redação:

“A execução dos serviços prestados pela Contratada será suspensa, por tempo indeterminado, à partir do dia 1 de abril de 2020, por força do Decreto 64.898, de 31-03-2020, o qual determinou a suspensão temporária de atividades não essenciais nas Secretarias de Estado e autarquias, considerando o estado de calamidade pública da pandemia do Covid-19 (Novo Coronavírus), nos termos reconhecidos pelo Congresso Nacional no Decreto Legislativo 6, de 20-03-2020, e pelo Decreto 64.879, da mesma data, e conforme o disposto no artigo 78, inciso XIV, da Lei federal 8.666, de 21-06-1993.”

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato 008/2019, que passa ter a seguinte redação:

“O contrato, previsto inicialmente para terminar em 26-05-2020, terá a sua vigência suspensa, em caráter excepcional, voltando a correr a partir da data determinada pela Contratante para restabelecimento dos serviços.

I – Dessa forma, a partir da emissão do Termo de Aditamento de ordem de serviço para retomada da prestação, a Contratada prestará os serviços relativos aos dias remanescentes do contrato, estabelecendo, assim, uma nova data para o término da vigência.

Parágrafo Primeiro
O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da Contratante, até o limite de 60 meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.”

Parágrafo Segundo
A Contratada poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

Parágrafo Terceiro
Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal 8.666/1993.”

Fica alterada a Cláusula Décima do Contrato 008/2019, que passa ter a seguinte redação:

“Os pagamentos serão suspensos, voltando a serem efetuados mensalmente, a partir da emissão pela Contratante da ordem de serviço para retomada da prestação, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura ao protocolo do Contratante, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.”

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento e que não se revelem com o mesmo conflitantes.

Avenida Escola Politécnica, 82, Jaguaré – 05350-000 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3204-2800

DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ESTÂNCIAS

Termos de Aditamento

1º Termo de Aditamento ao Convênio – DADETUR 354/2019 – Parecer Referencial CJ/ST 01/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Aparecida - Proc. DADETUR 3368427/2019 – Reforma dos Banheiros Feminino e Masculino, troca de piso em toda extensão e reforma do palco existente na Praça Dr. Benedito Meirelles - Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Sexta e Décima – o valor do presente convênio é de R\$ 326.917,91, sendo o valor de R\$ 326.917,91 de responsabilidade do Estado e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados ao Município em 2 parcelas: I – 1ª parcela: no valor de R\$ 300.000,00, a que alude o “ caput” desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço; II – 2ª parcela: no valor de R\$ 26.917,91 a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída; observado o disposto no inciso I do §3º artigo 116 da Lei Federal 8.666 de

21-06-1993, com suas alterações – Data da assinatura do Termo de Aditamento: 19-05-2020.

1º Termo de Aditamento ao Convênio – DADETUR 114/2016 – Parecer Referencial CJ/ST 03/2019 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Paraguaçu Paulista - Proc. DADETUR 174/2016 – Elaboração do Plano Municipal de Turismo - Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta, Sexta e Nona – o valor do presente convênio é de R\$ 77.950,00, sendo o valor de R\$ 77.950,00 de responsabilidade do Estado, e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados ao Município em uma única parcela, no valor de R\$ 77.950,00, a ser paga em até 30 dias, após a medição desta etapa concluída; nos termos dos Decretos Estaduais n°s 59.215/2013, 62.032/2016,63.264/2018 e 63.369/2018 e observado o disposto do inciso I do §3º artigo 116 da Lei Federal 8.666 de 21-06-1993, com suas alterações – o prazo de vigência do presente convênio é de 1.464 dias, contados da assinatura do convênio ocorrida em 27-12-2016, com vencimento em 30-12-2020 – Data da assinatura do Termo de Aditamento: 21-05-2020.

1º Termo de Aditamento ao Convênio – DADETUR 165/2017 – Parecer Referencial CJ/ST 03/2019 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Águas de Lindóia - Proc. DADETUR 312/2017 – Construção de complexo turístico e esportivo – fase 01 - Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta, Sexta e Nona – o valor do presente convênio é de R\$ 835.183,52, sendo o valor de R\$ 835.183,52 de responsabilidade do Estado e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados ao Município em 3 parcelas: I – 1ª parcela: Inalterada; II – 2ª parcela: Inalterada; III – 3ª parcela: no valor de R\$ 216.401,36, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída; observado o disposto no inciso I do §3º artigo 116 da Lei Federal 8.666 de 21-06-1993, com suas alterações – o prazo de vigência do presente convênio é de 1.354 dias, contados da assinatura do convênio ocorrida em 30-11-2017, com vencimento em 15-08-2021– Data da assinatura do Termo de Aditamento: 20-05-2020.

2º Termo de Aditamento ao Convênio – DADETUR 140/2017 – Parecer Referencial CJ/ST 03/2019 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Martinópolis - Proc. DADETUR 355/2017 – Revitalização da Praça Getúlio Vargas - Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta e Nona – o valor do presente convênio é de R\$ 55.261,17, sendo o valor de R\$ 54.385,64 de responsabilidade do Estado e o valor de R\$ 875,53, e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - o prazo de vigência do presente convênio é de 1.013 dias, contados da assinatura do convênio ocorrida em 30-11-2017, com vencimento em 08-09-2020.Data da assinatura do Termo de Aditamento: 15-05-2020.

1º Termo de Aditamento ao Convênio – DADETUR 139/2018 – Parecer Referencial CJ/ST 03/2019 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Santo Expedito - Proc. DADETUR 052/2018 – Revitalização e reforma da Praça Central – Etapa 2 - Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta, Sexta e Nona – o valor do presente convênio é de R\$ 626.482,82, sendo o valor de R\$ 594.781,59 de responsabilidade do Estado e o valor de R\$ 31.701,23 e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados ao Município em 3 parcelas: I – 1ª parcela: no valor de R\$ 188.956,32, repassada ao Município em 15-03-2019; II – 2ª parcela: no valor de R\$ 164.932,93, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída; III – 3ª parcela: no valor de R\$ 310.892,34, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída; observado o disposto no inciso I do §3º artigo 116 da Lei Federal 8.666 de 21-06-1993, com suas alterações – o prazo de vigência do presente convênio é de 1.135 dias, contados da assinatura do convênio ocorrida em 06-07-2018, com vencimento em 14-08-2021– Data da assinatura do Termo de Aditamento: 15-05-2020.

2º Termo de Aditamento ao Convênio – DADETUR 127/2017 – Parecer Referencial CJ/ST 03/2019 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Socorro - Proc. DADETUR 078/2017 – Revitalização do Caminho Turístico do Rio do Peixe – 2ª etapa – Estrada Municipal do Bairro do Rio do Peixe - Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira e Nona – o prazo para execução do presente convênio será de 1.350 dias, contados de sua assinatura ocorrida em 30-11-2017, com vencimento em 11-08-2021. Data da assinatura do Termo de Aditamento: 15-05-2020.

1º Termo de Aditamento ao Convênio – DADETUR 328/2019 – Parecer Referencial CJ/ST 01/2020 - Convenentes - Secretaria de Turismo e o Município de Avaré - Proc. DADETUR 3369226/2019 – Revitalização do Lago Mario Emilio Bannwart - Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Sexta e Décima – o valor do presente convênio é de R\$ 2.128.706,26 sendo o valor de R\$ 1.252.848,63 de responsabilidade do Estado e o valor de R\$ 875.857,63 e/ou o que exceder, de responsabilidade do Município - os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados ao Município em 4 parcelas: I – 1ª parcela: no valor de R\$ 300.000,00, a que alude o “ caput” desta cláusula, que será repassada após a expedição da ordem de serviço; II – 2ª parcela: no valor de R\$ 310.000,00, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída; III – 3ª parcela: no valor de R\$ 310.000,00, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída; IV – 4ª parcela: no valor de R\$ 332.848,63, a ser paga em até 30 dias a partir da aprovação de contas relativas à parcela anterior e após a medição desta etapa concluída; observado o disposto no inciso I do §3º artigo 116 da Lei Federal 8.666 de 21-06-1993, com suas alterações – o prazo de vigência do presente convênio é de 600 dias, contados da assinatura do convênio ocorrida em 18-12-2019, com vencimento em 9/08/2021– Data da assinatura do Termo de Aditamento: 26